



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Não ao sexo rei:

Da estética da existência foucaultiana à policia queer

Richard Miskolci

Como citar: MISKOLCI, R. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. *In:* SOUZA, L. F; SABATINE, T. T; MAGALHÃES, B. R (org). **Michel Foucault:** sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p47-68. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-136-2.p47-68>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer¹

Richard Miskolci

Departamento de Sociologia, UFSCar

No início da década de 1980, conta-se que ao ouvir falar de uma nova doença que acometeria apenas gays, Michel Foucault – sempre bem humorado e iconoclasta - teve um ataque de riso e comentou que seria irônico demais. Emergia a aids, um fenômeno que se revelaria um divisor de águas da história contemporânea com consequências jamais superadas na esfera da política sexual. Na primeira vaga de fatalidades, sucumbiu o filósofo e parte de uma geração que sonhara com perspectivas de transformações comportamentais profundas. A epidemia mudou não apenas o cenário da época, mas também impulsionou mudanças culturais que sepultaram as – hoje sabemos – frágeis conquistas da então chamada Revolução Sexual.

Na década de 1970, os movimentos homossexuais dos Estados Unidos e da Europa confluíam para uma política centrada no que denominavam de luta pela liberação sexual, dentro da qual a saída do armário e a adesão a um estilo de vida gay constituíam a realização máxima. No fundo, tais ideais tinham apelo para uma juventude de classe-média ou alta, branca e universitária que colhia – primeiro e melhor - os resultados da despatologização e descriminalização da homossexualidade nos países

¹ Agradeço às importantes contribuições de Larissa Pelúcio e Iara Beleli na discussão de algumas das ideias que desenvolvi neste artigo, mas me responsabilizo por sua feição final no caso de suscitar alguma polêmica.

centrais. Havia discussões e propostas diferentes no movimento social e na academia, mas na vida cotidiana o que era patente era a crescente visibilidade gay, especialmente nos grandes centros urbanos da América do Norte.

Logo após a publicação de *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976), Foucault morou nos Estados Unidos e teve contato com a comunidade gay de San Francisco. Essa experiência americana foi impactante em termos pessoais e teóricos a ponto de modificar seu projeto da história da sexualidade. Apesar do ambiente mais liberal e democrático que conheceu, encontrou aspectos que considerava problemáticos. O filósofo reconheceu o potencial criativo da vida gay em formação naqueles anos e deu entrevistas até para revistas populares sobre a necessidade de, ao invés de buscar compreender a homossexualidade se desenvolver uma forma de viver gay.²

A organização política do movimento homossexual operava a partir de um apelo identitário perigosamente similar ao que permitira, no passado, que os saberes médico-psi criassem a homossexualidade como uma verdadeira espécie. Mentes mais sutis percebiam o paradoxo de um movimento que se dizia liberacionista fundar-se na sexualidade. Enquanto o movimento feminista, por exemplo, apelava – ao menos em parte – ao argumento de que apesar de serem mulheres suas integrantes podiam ser tudo mais que aos homens era permitido, o movimento homossexual demandava o direito e as condições para que seus membros fossem e exercitassem o que a sociedade lhes atribuía: uma sexualidade diferente. Em outras palavras, o movimento homossexual se via enredado no dispositivo de sexualidade prometendo liberação ao mesmo tempo em que permitia que ele funcionasse.

Diante dos paradoxos acima, Foucault decidiu refletir sobre formas alternativas de compreender a relação dos indivíduos com os corpos e os prazeres. Já que no presente – ou ao menos nos dois últimos séculos – seria obrigado a lidar com a relação entre sujeito, desejo e verdade, optou por voltar-se para o estudo da antiguidade clássica em busca de outras formas de compreensão de si mesmo não-centradas no desejo tampouco

² Gilles Deleuze afirma que Foucault, em sua obra, empreendeu uma analítica do poder por meio dos arquivos históricos, mas que foi em suas entrevistas que empreendeu um diagnóstico sobre a atualidade refletindo sobre as possibilidades do devir.

em identidades sexuais. Buscava uma forma de dizer não ao “sexo rei” e politizar a experiência da relação com pessoas do mesmo sexo recusando as armadilhas de sua época. Desta empreitada, surgiram os dois últimos volumes de História da Sexualidade, fontes inesgotáveis de reflexão sobre o projeto jamais realizado do desenvolvimento de uma estética da existência, ou seja, do estabelecimento de relações não-normativas para consigo e com os outros a partir da politização da (homos)sexualidade.

O fato é que já atingido pela aids, Foucault desenvolvia sua obra magistral no poente de uma Era. As expectativas do movimento social de liberalização dos costumes - ou mesmo as perspectivas outras que pareciam factíveis ao filósofo - seriam abortadas diante da emergência da epidemia de aids e, sobretudo, das consequências históricas que seu enfrentamento nos legou. É neste contexto que, nos Estados Unidos dos anos Reagan, há um processo de recusa governamental de fornecer respostas à epidemia, o que gerou forte reação em certas vertentes do ativismo gay e lésbico de então. Esta reação foi materializada no surgimento de movimentos como o ACT-UP e o *Queer Nation*. No começo da década de 1990, a divisão dentro do movimento social era patente e – em 1993 – o tema da parada do orgulho de San Francisco era Queer.³ Em outras palavras, é a partir da aids que a política queer emerge como contraponto crítico em desacordo com o movimento gay e lésbico estabelecido em seu esforço de se adequar a padrões normativos.

Na mesma época, no Brasil, algo diverso ocorreu. Em meio ao processo de redemocratização do país, o então movimento homossexual brasileiro (MHB) conseguiu estabelecer um diálogo com o Estado na criação daquele que talvez seja o melhor programa assistencial de aids do mundo, resultando em uma situação invejável por outros contextos nacionais, mas também marcada por cooptação.

Graças às reflexões de Foucault sobre o bio-poder, podemos compreender como a epidemia inicial de HIV/aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos contribuindo para que certas identidades, vistas como perigo para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada. Este processo, que Larissa Pelúcio

³ Esta polêmica foi analisada por sociólogos como Joshua Gamson em seu já clássico artigo: Os movimentos identitários devem se autodestruir? Um estranho dilema (ou dilema queer).

(2009) denomina apropriadamente de *sidadanização*,⁴ ou seja, a construção da cidadania a partir de interesses estatais epidemiológicos, terminou por criar a bioidentidade estigmatizada do aidético reconfigurando nossa pirâmide da respeitabilidade sexual (e social). Em suma, a epidemia de HIV/aids foi um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade como um todo, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades.

Neste novo contexto, o dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apóiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo.⁵ Assim, o cenário pós-aids que Foucault não conheceu nos impõe refletir encarando novas configurações do poder. A proposta foucaultiana de uma estética da existência ganha novos elementos e exige refletir sobre as promessas e os dilemas da relação entre subjetividade e ética na sociedade contemporânea.

A obra de Foucault é marcada pela proposta de empreender uma “ontologia crítica de nós mesmos” como um *ethos* em que a crítica do que somos una a pesquisa histórica sobre os limites que nos foram impostos com a reflexão sobre a possibilidade de ir além deles. Dentre as leituras possíveis sobre o pensamento político de Foucault na esfera da sexualidade, focarei nas suscitadas pela corrente conhecida como Teoria Queer e a forma como tem ocorrido sua recepção no contexto acadêmico e político brasileiro. A partir dos estudos sobre diferentes sexualidades e demandas políticas em nossa sociedade, deparei-me com indagações como: O que seria uma estética da existência contemporânea? Quais os limites históricos previstos por Foucault, mas mapeados por teóricos queer, e as formas possíveis de

⁴ O termo sidadanização utiliza criticamente a relação entre SIDA (sigla em espanhol da aids) e processo de construção da cidadania dentro de um modelo dirigido biopoliticamente. Para a análise de Pelúcio consulte o capítulo “Prevenção e SIDAanização” de seu livro *Abjeção de Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids* (2009, p.105-134).

⁵ Gayle Rubin foi a primeira a apontar esta mudança em seu já clássico artigo Pensando sobre Sexo de 1984. Nele, a antropóloga feminista norte-americana apresenta o que denomina de pirâmide da respeitabilidade sexual, na qual demonstra como parte dos homossexuais que adotavam um estilo de vida e uma estética afeita à heterossexual estavam se dissociando das sexualidades outras que permaneciam – ou tinham até mesmo intensificada – seu rechaço social. Vide Rubin (1993).

resistência encontradas empiricamente? De que maneira a proposta foucaultiana pode ser confrontada com nossa sociedade e nosso tempo?

Esta curta reflexão será apenas um ensaio, mas pretende contribuir para trazer a obra de Foucault para um diálogo criativo sobre nosso presente, para um ensaio de uma economia política da heteronormatividade. Ensaio, primeiro pela dimensão colossal de esboçar tal economia política, mas também pelo fato de que me baseio em um mapeamento preliminar da realidade brasileira no que concerne às reflexões acadêmicas e suas afinidades e tensões com o movimento LGBT atual.⁶ Este tornou-se o que é por causa de alianças, diálogos e relações com o Estado e a academia, a maioria deles estabelecidos durante o auge de enfrentamento da epidemia de HIV/aids. Neste contexto, o movimento, originado de forma identitária encontrou apoio nos interesses biopolíticos do Estado e um aliado circunstancial na academia, onde parte dos intelectuais se comprometeram com pesquisas que aliavam a sofisticação das ciências sociais aos objetivos de controle epidemiológico e de saúde.

Se a epidemia de HIV/aids teve o efeito “positivo” de incentivar estudos sobre homossexualidades, isto se deu com um alto preço no que toca ao desenvolvimento de uma visão mais crítica e “desnaturalizante” com relação à heterossexualidade, a qual permaneceu em uma “zona de conforto”, aspecto claro na forma como até hoje a política preventiva de DSTs dirige-se, sobretudo, aos não-heterossexuais (PELÚCIO, 2009; PELÚCIO; MISKOLCI, 2009). De certa maneira, e apenas parcialmente, o enfrentamento emergencial da epidemia de hiv/aids permitiu uma harmonização relativa entre interesses do Estado, pesquisa acadêmica e organização do movimento social.

Nos Estados Unidos, onde a aliança biopolítica entre Estado, movimento e academia não se estabeleceu, foi exatamente o confronto entre um governo conservador, uma sociedade dividida e demandas não atendidas do movimento social que gerou uma nova vertente de reflexão sobre a sexualidade. Dentre suas inovações destacava-se o foco na cultura

⁶ Há excelentes estudos históricos sobre o movimento social LGBT como o recentemente premiado *Na Trilha do Arco-Íris: do movimento homossexual ao LGBT* (2009) de Júlio Assis Simões e Regina Facchini e o livro de Facchini intitulado *Sopa de Letrinhas* (2005). No que toca à discussão de alternativas ou de avaliação das mudanças de concepção de uma política identitária no movimento, no entanto, ainda carecemos de um estudos.

como objeto de análise político-sexual e não apenas os estudos de “minorias”, os quais, contra sua própria intenção, reforçavam a ideia de que a heterossexualidade seria natural.⁷

Em paralelo com as manifestações políticas queer, emergia uma vertente teórica que se distanciou criticamente dos movimentos gay e feminista tradicionais e foi “batizada” por Tereza de Lauretis como Teoria Queer, em 1991, durante um evento na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. Segundo o sociólogo Steven Seidman, a linha queer buscou mudar o foco dos estudos sobre homossexualidade ou sobre homossexuais para questões suscitadas pelo binarismo hetero/homo, sublinhando sua centralidade como princípio que organiza a sociedade contemporânea. Além disso, a Teoria Queer propôs uma atenção mais crítica a uma política do conhecimento e da diferença:

Dessa forma, os estudos queer se diferenciariam dos estudos de gênero, vistos como indelevelmente marcados pelo pressuposto heterossexista da continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas, tanto quanto dos estudos gays e lésbicos, comprometidos com o foco nas minorias sexuais e os interesses a eles associados. Cada uma dessas linhas de estudo tomaria, como ponto de partida, binarismos (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) que, na perspectiva queer, deveriam ser submetidos a uma desconstrução crítica. Queer desafiaria, assim, o próprio regime da sexualidade, ou seja, os conhecimentos que constroem os sujeitos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assumem a heterossexualidade ou a homossexualidade como categorias que definiriam a verdade sobre eles. (MISKOLCI ; SIMÕES, 2007, p.10-11).

A vertente de reflexão nascente tinha em comum com as manifestações políticas queer um comprometimento (*commitment*) com a recusa à assimilação nos termos hegemônicos e o foco na experiência social da abjeção, da vivência daquelas e daqueles que são – desde a infância – xingados e humilhados por seu gênero diferente, indefinido ou, pura e simplesmente, em desacordo com o socialmente esperado.

Percebe-se que a Teoria Queer é uma nem tão nova vertente de reflexão com bases na Teoria Feminista e nos estudos gays. Preocupa a tendência, ao menos no Brasil, de se separar o empreendimento queer dos feminismos como se o queer fosse uma superação ou o descarte do já

⁷ Sobre a questão consulte Miskolci (2009).

feito, daí ser importante reiterar como a Teoria Queer nasce de uma vertente do feminismo que buscou incorporar as questões de sexualidade às de gênero. Portanto, como já comentou Judith Butler, não é possível traçar uma linha de superação que vá do feminismo ao queer ou ao movimento transexual, mesmo porque o queer se insere na tradição feminista:

Creio, entretanto, que seria um erro sucumbir a uma noção progressiva da história pela qual se entende que diferentes marcos vão se sucedendo e suplantando-se uns aos outros. Não se pode narrar uma história sobre como alguém se desloca do feminismo ao queer e ao trans. E não se pode narrar esta história, simplesmente porque nenhuma dessas histórias pertence ao passado: essas histórias continuam ocorrendo de formas simultâneas e solapadas no instante mesmo em que as contamos. Em parte se dão mediante as formas complexas em que são assumidas por cada um desses movimentos e práticas teóricas. (BUTLER, 2006, p.17).

Acrescentaria que o mesmo se passa com relação aos estudos gays, pois o queer bebeu neles mesmo que se distancie de suas premissas. Em suma, a Teoria Queer não seria o que é sem o feminismo, os estudos sobre sexualidade e a sociologia do desvio (para ficar em apenas três de suas fontes menos reconhecidas).

Em sua particularidade, é possível apontar suas fontes teóricas principais como o pensamento pós-estruturalista francês, em especial as obras de Jacques Derrida e Michel Foucault. É clara a adesão ao método desconstrutivista entre os queer, ou seja, o empreendimento de uma crítica cultural que busca evidenciar os aspectos obscuros, o papel do não-dito, dos pressupostos, na constituição das relações de poder na esfera do gênero e da sexualidade. De Foucault, os queer incorporaram a analítica do poder, daí em suas obras o poder não ser algo que se possui ou se delimita, mas que se exerce ou ao qual se é submetido em uma situação permanentemente dinâmica em termos históricos e culturais. Neste sentido, a mistura de Derrida e Foucault visa mapear o potencial de resistência interno a certos regimes de poder.

Ao invés do intuito de “buscar a liberdade” presente em slogans liberacionistas, a proposta – dentro desta analítica do poder – é a de superar a utopia de sair da esfera do poder. O que caracterizou as manifestações políticas queer e muito do que depois se desenvolveu na academia sob o rótulo de Teoria Queer foi uma política oposicional não voltada para a

liberação, antes para a resistência e, mais atualmente, para uma reflexão crítica sobre as diferentes formas de “incorporação” social. Isto seguiu a proposta foucaultiana de ligar a experiência a uma prática coletiva e a um modo de pensar, algo perceptível no texto fundante da Teoria Queer, o livro *A Epistemologia do Armário* (1990) de Eve Kosofsky Sedgwick. Nesta obra, a autora mostra como o armário é um regime de conhecimento marcado por um falso dilema entre estar dentro ou fora, pois de uma maneira ou outra se mantém enredado em certas relações de poder.⁸

Na leitura de David M. Halperin (1995), estar fora do armário não é se libertar, mas entrar em uma outra posição estratégica nas relações de poder próprias à esfera da sexualidade. Assim, ao contrário da antiga política gay e lésbica liberacionista que pregava o sair do armário como libertação, uma política queer foca nas relações de poder e nas fissuras dentro de regimes que permitiriam a constituição de formas de resistência. Trata-se de uma tentativa clara de aplicação contemporânea da proposta foucaultiana de uma estética da existência, mas a partir de uma ética não-normativa que se baseia em experiências subjetivas marcadas pela abjeção.

Aquí, os queer se distanciam de Foucault, para se aproximarem de outra forma. Se distanciam porque suas reflexões lidam com o desejo e com a experiência social e subjetiva da abjeção como constitutiva das vidas que Judith Butler intitula de vidas precárias (inspirada em uma expressão de Hannah Arendt). As vidas precárias seriam aquelas vividas em terreno hostil, aquelas cuja socialização foi marcada pelo rechaço social. Sendo mais claro, as vidas precárias seriam a de todos/as que aprenderam a se compreender a partir da injúria, da experiência de serem ofendidos por estarem sob a suspeita ou serem comprovadamente sujeitos fora da norma heterossexual.

Homo-orientados em geral relatam que sua autocompreensão começou a partir destas experiências, afinal ser xingado de homossexual, por exemplo, é – ao mesmo tempo – uma autodescoberta e uma vergonha. A experiência social da vergonha marca a constituição de subjetividades fundadas no temor de serem socialmente marcados como “perigosos” ou sob suspeita. É nessa experiência da abjeção que se explicitam também

⁸ O capítulo central da obra foi publicado em português no dossiê Sexualidades Disparatadas da revista cadernos pagu. Consulte Sedgwick (2007).

certos regimes normalizadores (ou disciplinares) com relação à sexualidade (o que alguns denominam de heteronormatividade) e ao gênero (como a matriz heterossexual de Butler, em que há uma demanda de linearidade e coerência entre sexo-gênero-desejo e práticas sexuais).⁹

Nossa sociedade é heterossexista, ou seja, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais. Ainda permanece um desafio encarar que vivemos em uma ordem heteronormativa, na qual mesmo homossexuais são induzidos a adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas transferindo a linha da abjeção para quem rompe com as convenções de gênero, por exemplo.¹⁰ Não por acaso, travestis, transexuais e gays femininos tendem a sofrer mais violência do que homossexuais que seguem uma estética de gênero dominante, ou seja, gays masculinos e lésbicas femininas.

A Teoria Queer aponta para uma nova forma de crítica política. Ao invés de criticar ou focar apenas em manifestações de homofobia para mostrar que se baseiam em visões incorretas ou mentirosas, os queer preferem apontar para as estratégias de legitimação heterossexual. Para começar, o *aperçu* feminista de que a heterossexualidade é compulsória (não algo natural, mas uma norma construída e historicamente) permitiu passar dos estudos que buscavam defender a homossexualidade para uma crítica do binário hetero-homo como constitutivo de uma ordem da sexualidade, de um regime dual que promove a hegemonia heterossexual criando e mantendo seus limites “negativos” por meio da homossexualidade.

Segundo, a crítica à heteronormatividade exigiu trazer os silêncios como constitutivos das relações de poder, incitando análises críticas na vertente da análise do discurso foucaultiana que ao invés de focar em seus conteúdos – que seriam marcados pelo jogo do verdadeiro e do falso – focam nos próprios discursos como elementos ativos em estratégias de poder, em relações que podem ser instabilizadas. Assim, o caminho político

⁹ A matriz heterossexual é apresentada e discutida em um dos capítulos de Problemas de Gênero, um dos livros criadores da Teoria Queer. Vide Butler (1993).

¹⁰ Este processo é visível na forma como boa parte dos homens que se relacionam com outros homens busca se dissociar dos que chamam de “efeminados”, “do meio”, o que constatei em minha etnografia sobre as formas contemporâneas do armário nas relações entre homens criadas online. Consulte Miskolci (2009a).

queer busca trazer à esfera da crítica as normas prescritas, mesmo que frequentemente de forma não-explicitada, mas que marcam a constituição de regimes de verdade com seus valores e moralidade próprios.

A abjeção e o desvio são marcas sociais criadas em relações de poder. O foco na sexualidade deriva da centralidade dela nas relações entre indivíduo e sociedade na era do bio-poder. Na visão de David M. Halperin (2007), assim como Foucault sublinhou a relação entre razão e loucura, os queer focam nas relações entre a hetero e a homossexualidade. Os procedimentos neste sentido variam e ele aponta, esquematicamente, dois: a desconstrução e a psicanálise. Eu, por minha vez, diria que frequentemente também uma mistura deles. O foco de alguns teóricos nas normas, por exemplo, termina por deixar descoberta a questão subjetiva. Assim, uma certa complementaridade entre as fontes estruturais e as subjetivas em que se dão as relações de poder seria um cuidado importante.

As feministas apontaram o binário Homem/Mulher como uma construção sexista, machista, enquanto os queer mostram que o binário hetero/homo é heterossexista. Os dois binários (homem/mulher, hetero/homo) consistem, nas palavras de Halperin, em dois termos, mas o primeiro não é marcado tampouco problematizado, é a categoria em que se assume o pertencimento de alguém enquanto no segundo termo reside a marca e a problematização social, pois designa os socialmente marcados, como diferentes do normal. São binários em que os primeiros termos se mantêm hegemônicos por meio da negação dos segundos, sobre os quais se afirmam por meio de uma hierarquia:

A heterossexualidade define a si mesma sem se problematizar, ela se eleva como um termo privilegiado e sem marca, pelo processo de tornar abjeta e problemática a homossexualidade. Assim, a heterossexualidade depende da homossexualidade para lhe tomar substância – o que permite que ela adquira seu status de dada, como uma falta de diferença ou uma ausência de normalidade. (HALPERIN, 1995, p.44).

As incoerências internas à heterossexualidade são mantidas sem problematização e ela não costuma ser vista como objeto do conhecimento, antes como uma perspectiva neutra sob a qual podem ser estudadas, por exemplo, as homossexualidades. Ao constituir a homossexualidade como um objeto de pesquisa, a heterossexualidade se constitui também como

instância privilegiada do conhecimento – como a própria condição para conhecer – assim, evitando tornar-se um objeto do conhecimento ou um alvo de crítica. Trocando em miúdos, a heterossexualidade, assim como a masculinidade, se entroniza como a suposta perspectiva neutra que funda nossa epistemologia hegemônica.

Fica claro aqui como os queer, muito bem informados pela crítica feminista, a ampliam para a esfera da sexualidade reiterando a crítica ao saber como sempre inserido em relações de poder. O sujeito do conhecimento universal não é apenas masculino e branco, mas também heterossexual. A partir do exposto, neste ensaio de uma economia política da heteronormatividade, quais seriam as estratégias de resistência possíveis ou já existentes? Uma perspectiva crítica queer que mude o homossexual de um objeto de investigação para uma perspectiva crítica e oposicional de conhecimento, não mais para afirmar uma identidade, antes apontando para uma “identidade” sem essência.¹¹ Nas palavras de Halperin, isto seria:

reverter a lógica da suplementaridade e fazer uso do vazio deixado pela evacuação do conteúdo definicional contraditório e incoerente de “homossexual” de maneira a alcançar uma posição que é (e sempre tem sido) definida de forma relacionalmente, mas pela distância e diferença em relação ao normativo. A identidade (homos)sexual agora pode ser constituída não mais de forma substantiva, mas oposicionalmente, não pelo que ela é, antes por onde e como ela opera. Aqueles/as que conscientemente ocupam tal localização marginal, assumem uma identidade desessencializada que é puramente posicional em caráter, estão propriamente falando não como gays mas como queers. (HALPERIN, 1995, p.61-62).

A perspectiva queer reconstitui a identidade em termos políticos e não “sexuais” unificando resistência e oposição aos regimes de normalização. Aqui chegamos portanto, a uma forma contemporânea de estética da existência, pois uma arte da existência é uma prática ética voltada a abrir espaços de liberdade dentro dos regimes de poder concretos em que vivemos. O queer se apresenta como espaço de construção de resistência à normalidade, aos limites históricos impostos por meio do biopoder e

¹¹ As primeiras reflexões queer, em particular as de Judith Butler, levaram Stuart Hall a desenvolver importante artigo intitulado “Quem precisa de identidade?”, no qual parte da noção de identidade sob rasura, apenas como ponto de partida para tentar responder a algumas das questões colocadas pela socióloga britânica Avtar Brah. Veja Hall (2000).

expressos, sobretudo, pelo dispositivo de sexualidade e seu imperativo heteronormativo.

NOTAS SOBRE A POLÍTICA SEXUAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Diferentemente do que se passou na sociedade norte-americana, no Brasil os questionamentos e problematizações queer adentraram primeiro pela universidade. Em nosso país, a incorporação da Teoria Queer provavelmente se iniciou no final da década de 1990, dentro das disciplinas das Ciências Sociais, em particular na área dos estudos de gênero e sexualidade. O marco de nossa recepção queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na *Revista Estudos Feministas*, o artigo “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação”. A partir daí, a recepção da vertente teórica tem sido crescente e ganhado visibilidade em várias disciplinas, o que o dossiê “Sexualidades Disparatas”, publicado na revista *cadernos pagu* em 2007, já indicava.¹²

A recepção brasileira da Teoria Queer, portanto, tem se dado em um novo momento de inflexão de nossa política sexual, este campo amplo e dinâmico de ação, reflexão e luta que envolve atores como o movimento social, a academia e o Estado. Assim, política sexual não se resume apenas a uma de suas frentes, como a de demanda de igualdade jurídica por meio dos direitos sexuais, antes a um conjunto de atores que dialogam e disputam sobre o estabelecimento de uma agenda de luta em meio a um contexto social dinâmico.

Em termos políticos, a perspectiva queer constitui uma proposta que se baseia na experiência subjetiva e social da abjeção como meio privilegiado para a construção de uma ética coletiva. Ao invés de celebrar o Orgulho Gay, propõe partir da experiência social da vergonha como meio para trazer ao discurso as formas como nossa sociedade construiu a fronteira

¹² Um histórico da recepção da Teoria Queer no Brasil ainda está por ser feito, daí a caracterização geral neste parágrafo ser declaradamente parcial e incompleta. Tudo parece indicar que a recepção se inicia com a leitura de autoras como Judith Butler, na UNICAMP, no final da década de 1990. A despeito disso, sua recepção logo se espalhou geograficamente e para além da Antropologia Social, disciplina em que – historicamente – os estudos sobre sexualidade concentraram-se em nosso país a partir da década de 1980. Percebe-se isto pelo surgimento de estudos queer em várias partes do país, empreendidos por sociólogos/as, historiadores/as, psicanalistas, educadores/as e comunicólogos, entre outros/as.

entre a aceitação e o rechaço social com eixo na sexualidade. Tal possibilidade contrasta fortemente com as hegemônicas que têm como objetivo a assimilação nos termos dados e que, portanto, apontam para a normalização como passo supostamente inevitável para se alcançar a igualdade política, a qual, no presente, tende a ser confundida com a obtenção de direitos.

O dilema entre assimilação via normalização ou aceitação pelo reconhecimento das diferenças já se instalou no movimento social brasileiro, o que é visível em reações ao tema do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES) de 2010: *Assimilação X Transformação: políticas da subversão e ciladas dos movimentos sociais*. Não por acaso, no movimento social organizado LGBT, tem-se ouvido que estaríamos vivendo um momento de divisão entre dois grupos chamados de “identitários” e “queer”. Apesar desta classificação ser simplista e questionável, vale a pena partir dela (feito rasura) para refletir preliminarmente sobre questões que marcam o movimento brasileiro no presente, seu parceiro nem sempre amado, a academia, e o altamente desejado Estado. Neste exercício analítico preliminar, será possível apenas delimitar alguns dos elementos que podem definir os rumos da política sexual brasileira.

O movimento LGBT nasceu como movimento social organizado no Brasil há pouco mais de trinta anos. Foi no final da década de 1970 que a ditadura militar começou um processo gradual de abertura política, o qual criou condições para o florescimento desses novos atores políticos, os movimentos sociais. Como já dito, na década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/aids, bem em meio à redemocratização do país, quando o movimento sanitarista - formado por médicos provenientes das universidades e mesmo do MHB - conseguiu adentrar no Estado, criando um ambiente mais acolhedor às demandas dos movimentos sociais e uma sensibilidade para a urgência instaurada pela epidemia. Assim, graças a este contexto, o movimento homossexual foi bem-sucedido no diálogo com o Estado para auxiliar na criação de nosso programa de aids.¹³

Aos poucos, o movimento cresceu e abarcou novas demandas tornando-se, já na década de 1990, movimento Gay e Lésbico e,

¹³ Para uma análise crítica do modelo preventivo de aids consulte Pelúcio e Miskolci (2009).

posteriormente, GLBT. Em 2008, na primeira Conferência Nacional GLBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas, mudou a ordenação das letras de sua sigla colocando o L à frente. Em suma, a história do movimento tem um enquadramento no qual se desenrolou e explicitá-lo pode nos ajudar a definir seus dilemas presentes. O relativo sucesso do movimento brasileiro se deu por meio de uma relação privilegiada com o Estado na constituição de políticas públicas - como a já referida na área de saúde – e em um diálogo profícuo com a academia.

Em outras palavras, para entender o que se passa hoje na política sexual brasileira, temos que levar em consideração que ela é dinâmica como sua história e seus dilemas contemporâneos, talvez, apontem para um esgotamento do modelo acima descrito. A aliança estratégica, e historicamente bem-sucedida, entre Estado, movimento e academia tem se reconfigurado. É contra esta mudança, inexorável em seu caráter histórico, que alguns ativistas que se auto-intitulam identitários buscam unir forças criando este Outro que chamam de “os queer”.

A mudança na relação com o Estado deriva da ampliação do leque de demandas sociais, as quais o movimento tem tentado incorporar, mas também começam a ser ouvidas por outros canais. Devido ao relativo sucesso das políticas públicas voltadas para as DST/aids, as demandas sociais, felizmente, não se voltam mais apenas para a área de saúde e ganham cada vez mais espaço em políticas na área de educação, cultura e, por fim, mas não por menos, nas demandas de reconhecimento de direitos.¹⁴ Além disso, nos últimos anos, surgiu uma nova dinâmica na obtenção de recursos. As verbas, antes disponibilizadas a ONGs e similares, cada vez mais são oferecidas – por meio de editais – também para universidades. Assim, percebe-se que aqueles/as que antes quase monopolizavam o acesso às verbas e sua aplicação social agora competem com nov@s atores/as de dentro do movimento, da academia e, porque não também dizer, de gestores

¹⁴ Este processo de judicialização da política sexual brasileira é analisado por Carrara (2010). Segundo o pesquisador do CLAM-UERJ, a luta política na linguagem dos direitos tem ao menos duas consequências perigosas: 1. O acesso diferencial à justiça e à sua aplicação em um país desigual como o Brasil pode fazer com que conquistas “legais” resultem em resultados concretos desiguais e acessíveis apenas a uma elite; 2. A luta por direitos também marca a definição de quem são sujeitos de direitos, o que pode resultar em uma hierarquização dos que são mais detentores de direitos do que outros e/ou em uma estratificação da respeitabilidade/cidadania a partir da “identidade” sexual.

públicos que, progressivamente, tem incorporado demandas relacionadas à sexualidade na criação e implementação de políticas.

As transformações - breve e sinteticamente apresentadas acima - têm mudado as políticas estatais na esfera da sexualidade, o papel das universidades nestas políticas até mesmo o perfil do movimento LGBT. No que toca apenas a ele, tem se passado uma mudança sensível em seus quadros, alterando o “nós” a que se referem quando falam de si mesmos. No fundo, este nós sempre foi instável e variável historicamente, já que na década de 1970, dizer nós era se referir aos homossexuais, na de 1980 a *muit@s outr@s*, em especial aos infectados pelo HIV e, após a década de 1990, este “nós” tem sido democraticamente expandido como nas repetidas frases-ficcionais “nós, pessoas LGBT”.

O coletivo LGBT é, utilizando os termos de Benedict Anderson, uma comunidade imaginada, a qual extrapola seu escopo quando é empregada para se referir ao conjunto da população que vivencia sua sexualidade em desacordo com as convenções culturais dominantes. Ao empregar, neste contexto, frases como “a população LGBT”, membros do movimento, do Estado ou mesmo da academia ontologizam um grupo político histórico e socialmente delimitado como se fosse algo acabado e generalizado na experiência social cotidiana. Também tendem, talvez até mesmo contra sua própria intenção, a reduzir muitas sexualidades a apenas às oficialmente contempladas na sigla atual do movimento, deixando de reconhecer a existência de outras, com singularidades e demandas ainda por serem reconhecidas.

Atualmente, quando se diz “nós” no movimento LGBT brasileiro, isto com maior força em alguns Estados do que em outros, parece operar - para aqueles que dividiram o movimento mentalmente em dois grupos antagônicos - um dualismo: “nós” os LGBT em oposição ao “eles, os queer”. Tal divisão entre “identitários” e “queer” pouca diferença faz para o resto da sociedade brasileira, a qual só conhece um único movimento, o atual LGBT e esta divisão interna, onde ela opera, esconde uma luta entre os estabelecidos que temem perder sua hegemonia e os supostamente recém-chegados que a ameaçariam.¹⁵

¹⁵ Utilizo os conceitos de estabelecidos e outsiders de Norbert Elias, pois mais do que uma divisão, tratam-se de conceitos interrelacionados que permitem compreender uma mesma dinâmica de relações de poder. Sobre a questão, consulte Elias e Scotson (2000).

O que está em jogo, portanto, não é o que define o “nós” do movimento LGBT, este nós condenado historicamente a ser reinventado a todo momento, mas qual o papel do movimento dentro do novo cenário da política sexual brasileira. Em suma, como se darão as relações daqui por diante entre Estado, demandas sociais, movimento e academia. Os estabelecidos dentro do movimento são os que defendem uma relação de “parceria” com o Estado e, dentre a multidão que denominam erroneamente de queer, os que mais temem são os que, internamente, podem propor uma relação mais crítica com o Estado e, predominantemente na academia, aqueles que colocam em xeque a “essencialização” identitária na qual seu modelo representativo atual se baseia.

Infelizmente, dentro do movimento LGBT brasileiro atual, pouc@s realmente leem ou se interessam pelas reflexões queer. Daí, nas raras ocasiões em que surge alguma referência a esta vertente teórica, ficar patente sua trágica vulgarização, fato que convida a um paralelo com o que se passou anteriormente com o marxismo no movimento operário. Em muito papo supostamente queer, a palavra abjeção poderia ser intercambiada por alienação e heteronormatividade por capital resultando no mesmo uso descritivo e superficial de termos originalmente analíticos e profundos.¹⁶

Em meio à multidão dos chamados pelos estabelecidos de “queer”, chegamos, enfim, aos “acadêmicos”, os quais alguns alocam, na melhor das hipóteses, no supostamente elegante, mas subordinado papel da crítica cultural. Isto faz pensar na necessidade de se reler Antonio Gramsci e sua sábia reflexão sobre como cultura e política estão inextricavelmente associadas. De forma muito genérica, é possível sintetizar o argumento do pensador italiano como o de que a mudança política só pode ocorrer por meio da transformação cultural de forma que uma divisão entre prática e crítica não seria apenas indesejável, mas impossível.

A recusa de espaço político e acesso à ação social concreta aos intelectuais, ao menos no contexto brasileiro, esconde dois fatos. O

¹⁶ Nesta vulgarização, é elucidativa a forma como o termo heteronormatividade, o qual se refere a atitudes normalizadoras tanto de heteros quanto de homos, tem sido “transformado” meramente em sinônimo de heterossexista. Esta deturpação do conceito revela a resistência de muit@s em encarar que boa parte d@s homossexuais também é conservadora e preconceituosa. Um homem gay, por exemplo, pode ser heteronormativo se relegar à abjeção @s que não buscarem viver e se apresentar como se fossem heterossexuais.

descontentamento e a perda de terreno daqueles que haviam se habituado a uma relação privilegiada com o Estado e o acesso a verbas que agora são disponibilizadas por editais e abertas também às iniciativas nascidas dentro das universidades. Além disso, o fato de que esta mudança se dá em meio a uma transformação na área de estudos de sexualidade no Brasil, a qual não mais auxilia os estabelecidos na manutenção de uma mesma forma de pensar, se reconhecer e agir. Ainda que de forma tênue, a preocupação comum com o enfrentamento da epidemia de HIV/aids aproximou Estado, movimento social e a academia, esta última preocupada em auxiliar com suas ferramentas a compreensão das dimensões sociais e históricas do que se passava.

A suposta oposição “identitários” versus queer parece apenas um sintoma de resistência do movimento à criação de um diálogo mais crítico com o Estado e a uma crescente desconfiança com relação à universidade, em outro momento vista como aliada e agora encarada como “competidora” pela representação política ou de demandas dentro de uma agenda de política sexual em mutação.

Nos últimos anos, com o processo de incorporação criativa da Teoria Queer e outras fontes, os estudos acadêmicos têm produzido pesquisas que podem contribuir para uma transformação da área educacional e das políticas públicas, também para a análise das relações entre Estado e movimento, mas, sobretudo, esta sofisticação e ampliação temática mostra mais os limites de atuação para o movimento social do que lhe oferece ferramentas prontas para a sua ação política imediata.¹⁷ Parte das reflexões acadêmicas atuais tem contribuído para refletir sobre a construção de um outro fazer político, para a complexização dos debates internos e a problematização da relação do movimento com relação às suas bases e, sobretudo, com o Estado.

A recepção negativa destas reflexões tem se evidenciado em um antiintelectualismo na (des)qualificação dos “queer” como acadêmicos, como se não tivesse sido também nas universidades que a política sexual encontrou apoio, além delas terem sido, historicamente, um celeiro de

¹⁷ Esta renovação teórica se deu também quebrando “monopólios” sobre a área de pesquisa em sexualidade, já que a Teoria Queer entrou em cena na academia brasileira a partir da Educação e outras áreas do saber. Em outras palavras, a recepção desta vertente de análise se associa a mudanças históricas e culturais que marcam a sociedade brasileira, e os desafios atuais do movimento LGBT, assim como contribui para modificar e a geopolítica do saber em nosso país.

lideranças políticas desde a emergência dos movimentos sociais na década de 1960, história de que o movimento feminista é um bom exemplo.¹⁸

O feminismo já passou por momento similar ao enfrentado hoje pelo LGBT. De um movimento formado por mulheres brancas, educadas e de classe-média, o feminismo se espalhou pelo mundo tendo que lidar com realidades locais no então chamado Terceiro Mundo e incorporar em seu “nós, mulheres” as não-brancas, pobres e sem acesso à educação assim como o movimento homossexual brasileiro incorporou lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outr@s. Mais tarde, o feminismo se deparou com o desafio de des-naturalizar, des-essencializar, o sujeito “mulheres” a partir da emergência do conceito de gênero assim como o movimento LGBT agora lida com a Teoria Queer.

Nos anos 1980, falava-se de gênero como uma “ameaça” despolitizadora, desagregadora, em suma, como uma invenção acadêmica impossível de ser incorporada politicamente e que relegaria o feminismo à autodestruição. O que se passou, sabemos, não foi nada disso, o feminismo avançou e sua agenda se espalhou socialmente para além da atuação direta do movimento realizando transformações culturais e econômicas admiráveis. De certa maneira, é a consolidação do conceito de gênero que marca tanto o sucesso do feminismo quanto a emergência da Teoria Queer.

Judith Butler considera que a teoria e a política mudou a partir do que denomina de Nova Política de Gênero, a que marca a história do feminismo contemporâneo.¹⁹ É esta vertente que une o feminismo e a luta das mulheres por equidade de gênero com uma transformação profunda dentro dos movimentos LGBT mundo afora. Lá, estes movimentos nem sempre operam de forma unificada como no Brasil. Nos Estados Unidos, do pouco que conheço, o movimento LGBT jamais alcançou o sucesso e a consolidação que adquirimos no Brasil quer na relação com o Estado quer com a sociedade.

Na Europa, tão diversa quanto podemos imaginar, há casos – como o inglês, o holandês e o alemão - em que boa parte de gays e lésbicas

¹⁸ Para uma análise da relação entre academia, intelectuais e a emergência dos novos movimentos sociais na década de 1960 leia os primeiros capítulos de *A Voz e a Escuta – Encontros e Desencontros entre a Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea* (2009) de Miriam Adelman.

¹⁹ Refiro-me aqui, à sua reflexão sobre as relações entre a Teoria Queer, o Feminismo e os movimentos sociais apresentada em *Undoing Gender* (2004).

adquiriram um perfil político neoliberal demandando assimilação social por meio de direitos como o casamento e, não por acaso, aderindo ao xenofobismo emergente em seus países assim como a um compromisso heteronormativo que os dissocia das lutas de transexuais, travestis e outr@s sexualidades não-normativas.²⁰

No Brasil, o fato da proposta de legalização da parceria civil ter ficado “em suspenso” devido, entre outras razões, da atuação da bancada religiosa, fez com que o movimento caminhasse em direção à luta contra a homofobia, um objetivo político mais unificador e menos hierarquizante do que o anterior.²¹ Assim, a luta contra a homofobia - na segunda metade dos anos 2000 - tornou nosso movimento potencialmente mais “radical” do que o português, por exemplo, e, portanto, mais sensível às problemáticas da maioria daqueles/as cujas demandas de reconhecimento se funda na experiência da vergonha, da humilhação e da violência cotidiana.

Ao contrário de outras experiências históricas e nacionais, no Brasil, o movimento tem encontrado seu denominador comum em uma agenda anti-homofobia, não apenas na obtenção de direitos a partir de modelos oferecidos pelo Estado.²² A luta anti-homofobia poderia se sofisticar e voltar-se contra o heterossexismo institucional que ainda permite que a experiência de ser chamado, leia-se, ser xingado de bicha, gay, sapatão, travesti, anormal ou degenerad@ seja a experiência fundadora da descoberta da homossexualidade ou do que nossa sociedade ainda atribui a ela, o espaço da humilhação e do sofrimento. Ao invés de transformar esta experiência em força política de resistência e questionamento da heteronormatividade, parece mais forte, no contexto brasileiro, a manutenção de uma perspectiva que busca conciliar a armadilha identitária da qual o movimento parece não saber sair. Daí a estratégia vitimizadora que subdivide a homofobia nas chamadas transfobia, homofobia, lesbofobia apelando para a proteção e a tolerância de identidades ao invés de problematizar as normas sexuais como um todo.

²⁰ Jan Willen Duyvendak, já em 1996, publicou um artigo em que explorava como o movimento gay holandês foi cooptado pelo Estado a partir de uma aliança nas políticas de combate à aids. Posteriormente, parte do movimento aderiu a uma agenda de Direita, racista e xenofóbica.

²¹ Sobre o caráter normalizador e hierarquizador da luta pelo casamento (ou parceria civil) consulte Miskolci, 2007.

²² Sobre o conceito de homofobia consulte Junqueira, 2007.

Críticas como a apresentada acima deixam a nu a tensão entre uma perspectiva acadêmica contemporânea declaradamente queer e interesses biopolíticos que, contextualmente, unem movimento, Estado e até alguns acadêmicos, no Brasil. Nos Estados Unidos, a tensão entre academia, Estado e ativistas é mais forte há mais tempo e talvez ajude a entender os intuitos irrealizados e, sobretudo, o apelo conciliatório para alguns de nossos acadêmicos do conceito de “essencialismo estratégico”, termo cunhado por Gaytri Spivak para se referir à adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas como meio para a obtenção de direitos.

A força deste apelo foi visível quando, na conferência de encerramento da nona edição (2010) do *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, em Florianópolis, o auditório lotado aplaudiu de pé a fala do antropólogo e deputado português Miguel Vale de Almeida intitulada “Ser, *mas* não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico”, na qual defendia uma questionável distinção entre reflexão crítica e ação política. Sua fala terminou por apresentar o caminho liberal-identitário como inevitável reduzindo a crítica a um papel futuro de transformação cultural mais profundo.²³ Diante desta nostalgia do “essencialismo estratégico”, vale recordar que Foucault, antes de Spivak, posicionou-se sobre o uso *tático* da identidade, ou seja, apenas em contextos pontuais e de curto prazo, mas, no longo prazo, defendeu a necessidade de uma *estratégia* não-identitária:

Neste domínio, nem sempre eu fui bem compreendido por certos movimentos visando a liberação sexual na França. Embora do ponto de vista tático seja importante poder dizer, em dado momento, ‘Eu sou homossexual’, não deve, em minha opinião, por um tempo mais longo e no quadro de uma estratégia mais ampla, formular questões sobre a identidade sexual. Não se trata portanto, neste caso, de confirmar sua identidade sexual, mas de recusar a imposição de identificação à sexualidade, às diferentes formas de sexualidade. É preciso recusar satisfazer a obrigação de identificação pelo intermédio e com o auxílio de uma certa forma de sexualidade [...] Eu me recuso a aceitar o fato de que o indivíduo pudesse ser identificado com e através da sua sexualidade. (FOUCAULT, 1999, p. 306-7).

²³ Desde o início se identificando com a luta pelo casamento e pelo fazer político estabelecido, o texto faz uma respeitosa avaliação das contribuições da Teoria Queer, mas a relega à academia mantendo a política sexual dentro de um enquadramento liberal. A conferência de Almeida faz lembrar a posição da maioria dos engajados no Brasil na década de 1970 com relação às demandas do feminismo. Defendiam a “união” contra a ditadura e o adiamento das transformações gênero para depois da conquista da democracia.

A despeito de suas promessas irrealizadas de conciliação entre ativistas e acadêmicos na luta política, o “essencialismo estratégico” traduz o enquadramento das lutas dos movimentos sociais (sobretudo étnico-raciais) na década de 1980, período em que o lugar social da homossexualidade oscilava entre a marginalidade absoluta ou a assimilação. Hoje vivemos um outro momento, no qual parece possível – e até mesmo desejável – discutir em que termos se quer a “aceitação” social. Nos termos de Eve Kosofsky Sedgwick (2003), agora vivemos a era das batalhas sobre que tipo de visibilidade queremos. Em sintonia com Foucault, é possível dizer não ao sexo-rei, recusando ser o que a sociedade e o Estado, cada um à sua forma, nos atribui. Em uma perspectiva queer, é possível querer algo diverso do que nos é oferecido como meio único de adquirir a igualdade.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Curitiba: Blucher, 2009.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Ser mas não ser, eis a questão: o problema persistente do essencialismo estratégico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9., 2010. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2010. (Conferência de encerramento).
- BUTLER, Judith. *Desfazer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.
- CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, Natal: UFRN, v.4, n.5, p. 131-147, 2010.
- DUYNDAK, Jan Willen. The depolitization of the Dutch gay identity, or why Dutch gays aren't queer. In: SEIDMAN, Steven (Ed.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge: Blackwell, 1996. p.421-438.
- ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.
- HALPERIN, David M. *Saint Foucault: a gay hagiography*. New York: Oxford University Press, 1995.

HALPERIN, David M. *What do Gay Men Want?* Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, Natal: UFRN, v. 1, n 1, p. 145-165, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: IEG-UFSC, v.9, n.2, p. 541-553, 2001.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre: PPGS-UFRGS, n. 21, p. 150-182, 2009.

_____. O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. *Gênero*, Niterói: UFF, v.9, n.2, p.171-190, 2009a.

_____. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n. 28, p. 101-128, 2007.

_____.; SIMÕES, Júlio Assis. Apresentação. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n. 28 p. 9-19, 2007.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

PELÚCIO, Larissa e MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro: CLAM-IMS-UERJ, n.1, p.125-157, 2009.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality In: ABELOVE, Henry et al. *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1993. p. 3-44.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Touching feeling: Affect, pedagogy, performativity*. Durham, London: Duke University Press, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

WARNER, Michael. *The trouble with the normal: Sex, politics, and the ethics of Queer life*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.